



Saúde dos idosos merece planejamento

O Brasil está rapidamente se aproximadamente de um perfil demográfico que se assemelha ao de países europeus. Com a redução da taxa de natalidade para menos de dois filhos por mulher em idade fértil, a população brasileira tende a estabilizar em menos de duas décadas, com tendência até de um ligeiro declínio, em seguida.

Nesse novo perfil, teremos ainda, pelos próximos vinte anos, muitos brasileiros na chamada população economicamente ativa, trabalhando e consumindo, simultaneamente. É o momento de se preparar o país para o futuro, pois, enquanto o número de crianças continuará diminuindo gradualmente, o de pessoas idosas — com mais de 65 anos, pelos conceitos atuais — aumentará ano após ano.

Brasileiros com mais de 70 anos representam hoje cerca de 5% da população. Mas dentro de vinte anos tal percentual corres-

ponderá a mais que o dobro.

Os impactos desse perfil demográfico sobre a previdência social são conhecidos e têm sido muito discutidos. Governantes e parlamentares sem dúvida estão cientes quanto aos riscos de não se promover reformas no sistema previdenciário para prepará-lo, o quanto antes, para o que está por vir.

Essa discussão na verdade pode derivar para diversos aspectos, como novos padrões arquitetônicos, urbanísticos e de transportes que sejam mais acessíveis aos chamados idosos. Mas há uma outra questão crucial também com grande impacto sobre as finanças públicas e a sociedade como um todo: o custeio da saúde.

Estatisticamente, as pessoas tendem a demandar mais serviços de atendimento à saú-

de à medida que os anos passam. E essa curva de demanda pode ter uma trajetória inversa à dos rendimentos dos cidadãos, criando um hiato perigoso entre ambas.

Não é apenas a previdência que precisa de ajustes em função da demografia

Programas de prevenção que estimulem uma vida mais saudável certamente contribuirão muito para tornar a curva de demanda menos ascendente. Porém, será preciso encontrar respostas adequadas nos próprios sistemas de atendimento público e nos planos de saúde suplementar.

Cerca de 24,4% dos brasileiros são hoje atendidos por esses planos privados. Nas capitais do Sul e do Sudeste, tal percentagem ultrapassa

mais de 50% da população.

Como crescem de importância no atendimento dos brasileiros, os planos de saúde precisam ser financeiramente sustentáveis no médio e longo prazos. E, para que possam oferecer serviços de boa qualidade e adequados à faixa da população que envelhece, é fundamental que o equilíbrio seja obtido no curto e médio prazos com estímulos que atraiam mais os jovens para os planos.

Tais estímulos estão em fase adiantada de estudos pelas autoridades do setor, envolvendo alguma forma de poupança prévia, o que é animador. E tanto melhor se essa novas fórmulas reduzirem o custo dos planos para os usuários em geral, o que contribuiria para o aumento progressivo do número de participantes. A ampliação do leque de cobertura dos planos de saúde suplementar diminuiria a pressão sobre os sistemas públicos, e não haveria mais motivos para que deixem de prestar serviços de boa qualidade.